



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Insepulto autoritarismo

Diante do “insepulto autoritarismo”, cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) reforçar a garantia dos direitos humanos e fundamentais, defendeu o ministro Edson Fachin, da Suprema Corte, falando para professores de Direito, em Brasília. O ministro Fachin reuniu professores universitários de Direito para uma reflexão conjunta sobre os desafios do Supremo.



ROSINEI COUTINHO/SCO/STF/INVESTIGAÇÃO/JC

### Desafios supremos

Entre os desafios abordados, a erosão da autoridade do Supremo; os riscos de controle externo do STF; conteúdos sintéticos alimentando o lucrativo negócio da desinformação; o excesso de disputas financeiras de recursos públicos entre os entes federativos por incapacidade de soluções políticas; o risco do STF se tornar uma Câmara de Conciliação para resolver conflitos entre poderes; a necessidade de juizes com fundamentação racional e sistematicamente reafirmando a autoridade; um tribunal que no futuro deve ser cada vez mais o STF dos direitos humanos e fundamentais.

### Antídoto na política

O magistrado lembrou que a polarização, a qual se tornou predominante na política brasileira, transformou nossos planos em escolhas plebiscitárias. “Perdemos o espaço exigido pela força construtiva da diferença e deixamos de valorizar a comunidade que formamos. A atual polarização também sinaliza que estão em curso mudanças sociais tectônicas, daquelas estudadas pela demografia, a geografia das ciências sociais. A polarização pode ficar um pouco mais aguda. É o mal do século. O antídoto está na política e não na violência.”

### Imposto para veículos elétricos

A inclusão do veículo elétrico na tarifa do imposto seletivo, na reforma tributária, preocupa o setor. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite, afirmou na manhã desta segunda-feira, que “o imposto seletivo vai na contramão, porque ele tem como objetivo afastar o consumo, ele tem uma externalidade negativa; quando na verdade, o que a gente quer é aumentar esse consumo para se ter a renovação da frota”.

### Prevaler a descarbonização

Na opinião do presidente da Anfavea, “o que se deveria ter independente da rota tecnológica escolhida, pode ser do elétrico, pode ser do híbrido, pode ser do etanol, o que deveria ser, na hipótese de se ter um imposto seletivo, é prevaler a descarbonização, e não a rota tecnológica escolhida”.

### Facilitar o acesso

Márcio de Lima Leite disse em entrevista à CBN “que os fabricantes de veículos e montadoras estão investindo R\$ 130 bilhões no País. Nós não podemos dificultar o consumo, nós precisamos é facilitar o acesso ao carro novo”.

### Industrialização do Brasil

O presidente da Anfavea afirmou que todos os fabricantes brasileiros têm fábrica na China. “Nós não estamos discutindo posicionamento de uma empresa A contra uma empresa B, com os chineses que estão chegando no Brasil. O que está em jogo, é a industrialização no Brasil. Todos os países têm colocado tarifas, os Estados Unidos mais de 100% na importação de carros elétricos; a Europa 48%. O Brasil, hoje está com 15%. Até um mês atrás era 10%”.

# Desvio de joias e presentes foi de R\$ 6,8 milhões, diz PF

Relatório fundamentou o indiciamento do ex-presidente Bolsonaro

## / INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) afirmou, em relatório que fundamentou o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no caso da negociação de joias, que houve desvio de itens cujo valor de mercado chegam a R\$ 6,8 milhões.

A conclusão do relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) informava que esse valor era de R\$ 25 milhões (US\$ 4.550.015,06). A PF, porém, informou ontem que houve um erro material na conclusão, e que o valor total, na verdade, é de R\$ 6,8 milhões (US\$ 1.227.725,12). O valor correto é citado em outros trechos do documento.

De acordo com a PF, os elementos de provas da investigação apontam que houve “uma associação criminosa voltada para a prática de desvio de presentes de alto valor recebidos em razão do cargo pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro e/ou por comitivas do governo brasileiro, que estavam atuando em seu nome, em viagens internacionais”.

Esses presentes eram entregues por autoridades estrangeiras e, depois, vendidos no exterior. Se-



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Jair Bolsonaro recebeu objetos em viagens oficiais internacionais

gundo a polícia, os valores dessas vendas foram convertidos em dinheiro em espécie e ingressaram no patrimônio pessoal do ex-presidente, sem utilizar o sistema bancário formal, “com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores”.

Na semana passada, Bolsonaro e mais 11 pessoas foram indiciadas na investigação sobre a venda de joias recebidas de presente pelo governo brasileiro. De acordo com a polícia, as investigações trouxeram indícios de que “os proventos obti-

dos por meio da venda ilícita das joias desviadas do acervo público brasileiro” retornaram para o patrimônio de Bolsonaro e de sua família, por meio de lavagem de dinheiro, enquanto ele estava nos Estados Unidos, depois de ser derrotado nas eleições presidenciais por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“A utilização de dinheiro em espécie para pagamento de despesas cotidianas é uma das formas mais usuais para reintegrar o ‘dinheiro sujo’ à economia formal, com aparência lícita”, disse a PF.

## Moraes levanta sigilo de relatório da Polícia Federal

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), levantou ontem o sigilo que recaía sobre o inquérito que apura suposta apropriação indevida de joias da Arábia Saudita.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 11 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal (PF) na semana passada, todas apontadas como envolvidas na tentativa de desviar e ocultar o presente dado pelas autoridades sauditas.

A PF entregou o relatório impresso do caso no protocolo do Supremo na sexta-feira. Mesmo antes da entrega, o teor do documento já havia sido divulgado pela imprensa, o que causou desconforto no gabinete de Moraes. A corte chegou a divulgar nota para negar que tivesse recebido o relatório antes de seu vazamento.

Entre os indiciados estão o tenente-coronel Mauro Cid, o pai dele, general de Exército Mauro Lourenna Cid, e Osmar Crivelatti e Marcelo Câmara, ex-ajudantes de ordens de Bolsonaro, e Fábio Wajngarten e Frederick Wassef, advogados do ex-presidente.

Ontem, Moraes determinou que seja garantido o acesso integral ao indiciamento pelos advogados. O ministro enviou o processo para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR) no prazo de 15 dias, conforme determina a legislação penal.

Nesse prazo, o órgão de acusação poderá pedir o aprofundamento das investigações, arquivar o caso ou apresentar denúncia contra os denunciados.

Moraes levantou o sigilo por entender que a medida já não se justifica após a Polícia Federal ter entregue o relatório final à corte.

O relatório da PF descreve o

que seria uma organização criminosa destinada a desviar presentes entregues a autoridades brasileiras por outros países.

Em relação às jóias, há a suspeita de que houve tentativa de ocultar a entrada das peças no Brasil e em seguida de reavê-las após apreensão pela Receita Federal.

A íntegra do relatório da Polícia Federal ainda não está disponível no sistema de petição do Supremo, mas segundo a corte, o documento deverá ser disponibilizado a qualquer momento, de forma pública.

Quando houve o vazamento de partes do relatório na imprensa, o advogado de Bolsonaro Paulo Cunha Bueno, disse que não se manifestaria por não ter tido acesso ao documento. As demais defesas dos indiciados ainda não se manifestaram.